

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO
DESENVOLVIMENTO RURAL

REQUERIMENTO Nº , 2016

(Do Sr. EVAIR DE MELO)

Requer que seja realizado audiência pública para discutir o desligamento de 5 (cinco) radares meteorológicos da Aeronáutica.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 117, VIII, e art. 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública nesta Comissão para discutir a retirada de 5 radares meteorológicos da Aeronáutica, quatro deles na Região Sudeste.

Sugiro que sejam convidadas, na oportunidade, as seguintes autoridades:

- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- Ministério da Aeronáutica
- Ministério da Integração
- Ministério da Ciência e Tecnologia
- Presidente Embrapa
- Representante CINDACTA
- Representante Defesa Civil
- Representante INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- Representante do CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de desastre Naturais

Jutificativa

IMPORTÂNCIA DO RADAR PARA O ES

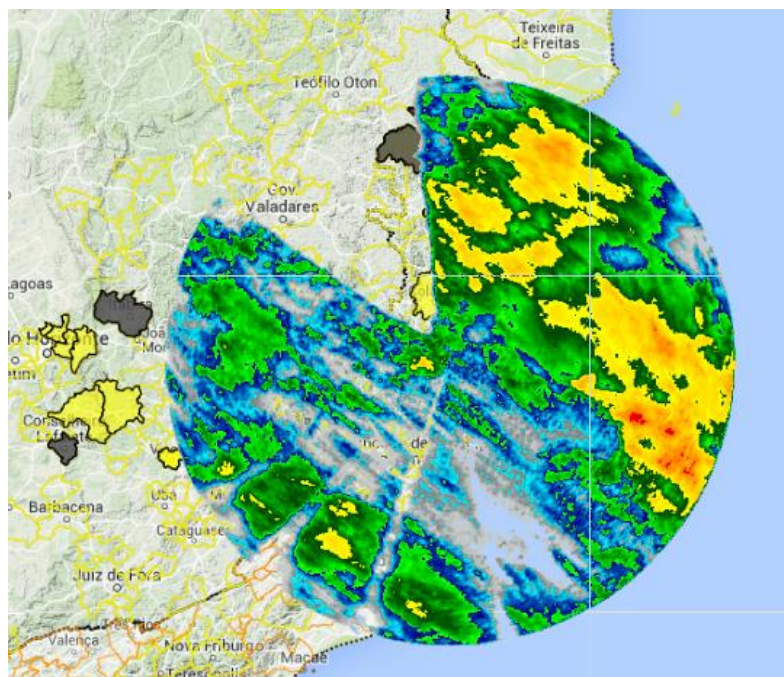
O Estado do Espírito Santo, por meio do Incaper, tem uma boa parceria com o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de desastre Naturais – CEMADEN. A rede de equipamentos de monitoramento deste importante Centro é

composta de 137 estações pluviométricas automáticas; 17 estações pluviométricas automáticas e um radar meteorológico.

As informações geradas pela rede do CEMADEN se integram aos dados da rede equipamentos de outros órgãos federais, estaduais e municipais, como: INMET; ANA; CPTEC; INCAPER, SEAMA, IEMA, AGERH e Prefeituras Municipais.

O radar meteorológico encontra-se desligado desde o dia 18 de abril deste ano e segundo as informações oficiais da Força Aérea Brasileira, e também aquelas veiculadas na mídia, não há previsão de retorno das operações.

Este radar paralisado é estratégico para a vigilância meteorológica porque a sua cobertura abrange grande parte do território capixaba, conforme figura a seguir.



Este radar juntamente com os outros radares de Almenara, de Pico do Couto e Três Marias formam um conjunto de informações que tornam a previsão do tempo de curtíssimo prazo muito precisa. Esta previsão é de fundamental importância para a Defesa Civil, para que haja tempo suficiente para atuar na prevenção e nas respostas aos atingidos pelos eventos meteorológicos severos.

Como a rede de monitoramento de superfície ainda é muito esparsa, os dados/informações disponibilizados pelo radar de Santa Teresa permitem que sejam apurados relatórios da quantidade de chuva acumulada de uma forma mais especializada.

Este fato permite identificar, quase que em tempo real, as áreas com maiores registros de chuva, a direção em que a tempestade se desloca e a intensidade na qual ela está se desenvolvendo. Permite ainda a estimativa da intensidade dos ventos.

Assim, este Radar meteorológico instalado no Espírito Santo, ao possibilitar a rápida identificação do início da formação dos eventos meteorológicos, permite que se faça uma avaliação do grau de severidade e disponibilização de avisos meteorológicos mais precisos, o que certamente contribui para aumentar a segurança das pessoas e dos empreendimentos que são afetados direta ou indiretamente por estes eventos, podendo a chegar a poupar vidas humanas e evitar muitos prejuízos socioeconômicos.

No caso da agricultura, as informações geradas direta e indiretamente pelo Radar contribuem decisivamente para:

- Otimizar o uso da irrigação e evitar desperdício de água.
- Melhorar o controle de pragas veiculadas pelo vento.
- Gerar informações úteis para compor a estimativa de variáveis Agrometeorológicas, como a evapotranspiração, uma das principais componentes do balanço hídrico.
- Contribuir para o alcance de uma agricultura de precisão, evitando-se desperdícios de água, pulverizações desnecessárias e custos adicionais, o que garante maior renda para os produtores, além de ganhos ambientais.

Assim, o estado do Espírito Santo e as demais regiões em que esse tipo de equipamento está desligado estão acumulando prejuízos incalculáveis. Vidas ceifadas e agricultores empobrecidos são algumas das graves consequências.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado Evair de Melo